

Juristas criticam Supremo

O jurista Celso Bastos, especialista em direito constitucional, afirmou ontem que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de converter os salários de seus ministros e funcionários pela URV o dia 20 é "desastrosa" do ponto de vista político, mas é "contróversa" em termos jurídicos.

"Uma suprema corte tem de ter acuidade para perceber o momento por que passa o País, e nesse caso o aumento que os deputados se deram é ainda mais grave, pois não se fundamenta em qualquer tentativa de interpretação da lei", disse Bastos. "Já do ponto de vista jurídico, nem o Legislativo e o Judiciário, nem o Executivo, têm argumentos definitivos em defesa de suas posições."

Segundo ele, o artigo 168 da Constituição fala da transferência dos recursos orçamentários para o Legislativo e o Judiciário até o dia 20, mas inferir que os juizes têm de receber dia 21 "é uma interpretação". Por outro lado, a MP da URV "é omissa, não cria normas para todas as situações". Para Goffredo da Silva Telles, o presidente Itamar Franco acertou ao "invocar a consciência nacional em apoio ao plano econômico e contra os aumentos que dificultam sua execução". Mas ele reconheceu que, do ponto de vista jurídico, o Supremo "tem o direito de fazê-lo que fez". "Do ponto de vista social e político, os aumentos atentam contra o sentimento generalizado da Nação", disse.